

Do ver ao “transver”: O percurso constitutivo do espaço da creche em um lugar para as famílias

Luciane Pandini Simiano

O olho vê.

A memória revê.

A imaginação transvê.

É preciso transver o mundo.

Manuel de Barros, *Memórias inventadas*

O atendimento em espaços coletivos de educação, historicamente, é marcado por ações de guarda e abrigo a crianças pequenas enquanto suas mães trabalhavam. Nas últimas décadas, como fruto de uma longa trajetória de estudos teóricos e militância política, o papel dessas instituições vem sendo questionado a medida em que a educação passa a ser direito das crianças e de suas famílias.

Nesse âmbito, a discussão sobre o papel da família no espaço da creche ganha destaque e torna-se alvo permanente de reflexões. Quais as funções de uma creche? O que as famílias esperam destes espaços? Como respeitar a pluralidade de famílias no compartilhamento de ações de educação e cuidado das crianças pequenas?

É consensual, entre teóricos e pesquisadores de diferentes campos, a importância do diálogo e complementaridade entre creche e família na educação e cuidado de crianças pequenas. Contudo, no contexto brasileiro, estudos recentes demonstram que embora as diretrizes legais apontem para a abertura de espaços e práticas que respeitem e valore a presença das famílias na creche, essas indicações não são suficientes, ainda permanece um distanciamento entre as duas instituições, bem como dificuldades para sustentar a pluralidade tal encontro (Maranhão, 2005). Nesse contexto, é fundamental criar perspectivas para o estar e o ser na creche. Olhares atentos para os silêncios, os tempos, a alteridade, os movimentos constituídos e constituintes.

O presente texto aborda tal temática, ao focar o processo de constituição do espaço da creche em um lugar para/das famílias. A partir

do diálogo entre autores e perspectivas, como Benjamim (1986), Tuan (1983) e as diretrizes normativas brasileiras, defende-se a importância do espaço para as famílias na creche. A materialidade do espaço potencializa ou limita a participação. Contudo, quais espaços efetivamente favorecem a participação das famílias em sua pluralidade? Como a ocupação e relações estabelecidas no espaço entre educadores, bebês e famílias constituem-se em lugares das/para as famílias?

Para refletir sobre tais questões, é necessário ir além das materialidades. Olhar, valorar, as formas de ocupação e os sentidos estabelecidos entre os sujeitos. Reconhecer a alteridade, a experiência. O delicado e sutil movimento do espaço constituindo-se em um lugar...

O argumento tecido do/no texto é construído tendo o ensaio como método. Para Adorno (2003) a escrita ensaística possibilita uma língua diferente para falar de educação. Língua que se abre para sentidos, interpretações, conhecimentos e reconhece a experiência, o movimento da vida. Nesse sentido, sublinha-se falas de professores, gestores e famílias de diversos campos e tempos de pesquisa no contexto da região sul do estado de Santa Catarina, Brasil. Com fios da teoria, das normativas legais brasileiras que fazem margem à experiência vivida, sustenta-se o reconhecimento da pluralidade, a valoração da alteridade e a condição de pertença como possibilidade de sustentar o encontro e constituir o espaço da creche em um lugar para/das famílias.

1. As famílias e o espaço da creche

A geografia, que tem como objeto de estudo as relações dos seres humanos com o seu espaço de vivência, coloca que o conceito de espaço pode ser definido «enquanto unidade geométrica (área e volume), uma quantidade mensurável e precisa» (Tuan, 1983, p. 58). Relaciona-se a estrutura física e material, àquilo que pode ser medido, ocupado, projetado para certo fim.

Santos amplia essa noção ao afirmar que espaço é «um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações» (2002, p. 45). Pode ser compreendido como algo físico, porém não pode ser naturalizado, pois é construído na relação do homem com a paisagem natural. Para o autor, não se pode pensar o espaço e os objetos que o compõe sem considerar os processos que ocasionaram sua forma. Podemos dizer que o homem é quem dá sentido ao espaço, quem anima as formas espaciais atribuindo-lhes um conteúdo.

O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem vida própria, podendo assim, explicarem por si mesmos. [...] Só por sua presença, os objetos técnicos não têm outro significado senão o paisagístico. Mas eles aí estão em disponibilidade, à espera de um conteúdo social (Santos, 2002, p. 105).

O espaço pode ser compreendido como síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Provisória porque ele não é dado, pronto, acabado, mas pode ser modificado ao longo da relação que o homem estabelece com ele. O espaço possui materialidade, veiculando conteúdos socialmente construídos.

Relativo a legislação educacional brasileira, observa-se um conjunto de documentos que orientam os padrões de infraestrutura das creches buscando garantir espaço de participação as famílias (cfr. Brasil, 1996; 1998; 1998a; 1999; 2000; 2001; 2006; 2006a). Desde a Lei nº 9.394/96 que estabelece como finalidade da Educação Infantil «o desenvolvimento integral da criança, a ser necessariamente compartilhado com a família» (Brasil, 1996), no contexto brasileiro, busca-se criar condições para tal ação. O atendimento aos direitos da criança na sua integralidade requer que as instituições de Educação Infantil, assegurem espaços de diálogo e escuta das famílias, garantindo o respeito às diferentes formas em que elas se organizam.

O documento *Indicadores de Qualidade para Educação Infantil* (Brasil, 2006) ressalta a importância do espaço da creche ser «um lugar que acolhe a diversidade de famílias para assim assegurar uma educação infantil de qualidade». Essa referência, aponta indicações relacionadas às dimensões físicas e culturais que devem ser consideradas no acolhimento das famílias nas instituições de educação infantil. Por exemplo, são previstos espaços como local para amamentação, para entrevistas e conversas mais reservadas e para reuniões coletivas com as famílias das crianças. Kramer diz que desde a Constituinte de 1988, as Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas dos Municípios, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegurem o direito as crianças e suas famílias a creches e pré-escolas de qualidade. «Mas tanto em termos *quantitativo quanto qualitativo* esse direito legal está longe de ser realidade, embora haja consenso quanto à sua importância» (2000, p. 2). Tal realidade pode ser observada no exemplo abaixo:

Manhã fria de segunda-feira. Meu primeiro dia como pesquisadora na creche. Ao chegar deparo-me com mães ansiosas, bebês no colo do lado de fora da

sala. A professora não havia chego. As mães precisavam deixar seus filhos para trabalhar. Chega a diretora da creche, muito aflita, se aproxima das mães e diz: Olha a professora teve um imprevisto no transito e vai atrasar uns 30 minutos. Logo após ela me olha e diz: Que bom que tais aqui!! Hoje faltaram três professores e eu não sei o que fazer... Tu poderias ficar aqui com os bebês até a professora chegar? Sem saber o que fazer, respondo que sim, mas advirto: As mães não me conhecem, não sabem quem eu sou, acho que elas não deixarão seus filhos comigo. A diretora responde: Não, nem te preocupa com isso! Para as mães não interessa muito quem vai ficar com as crianças. O que elas querem é um espaço para deixar seus filhos para poder ir trabalhar. Após essa fala, a diretora se dirige aos pais, me apresenta e diz que ficarei com as crianças até a professora chegar. As mães com seus bebês no colo me olham, se entre olham.... Nenhuma delas entrega seu filho. Mesmo atrasadas para o trabalho, todas aguardam até chegada da professora (*Diário de campo*, abril de 2010).

Conforme o relato acima, na concepção da diretora da creche, a família necessita apenas de um espaço físico para deixar seus filhos. Os bebês e suas famílias são tratados de forma homogênea, onde suas necessidades, pluralidade não são levadas em conta. No ato de não entregarem seus filhos as mães afirmam que só espaço não basta. Elas querem conhecer e serem conhecidas, falar e serem ouvidas, reconhecer e sentir-se parte desse espaço. Muitas vezes, os espaços coletivos de educação em função da padronização homogeneízam os sujeitos e não permite o encontro com singularidades.

Walter Benjamin, no ensaio *Experiência e Pobreza*, apresenta reflexões acerca da primeira guerra e evoca a «cultura de vidro» que passa a marcar a época apagando os traços pessoais e culturais das pessoas. Nesse ensaio, ele faz uma crítica ao romancista Paul Scherbart por querer acomodar sua «gente» em casas de vidro, modelando-a a sua própria imagem. O autor utiliza esta analogia porque, segundo ele, «o vidro é um material tão duro e liso ao qual nada se fixa. É também um material frio e sóbrio. As coisas de vidro não têm nenhuma áurea. O vidro é inimigo da propriedade» (Benjamin, 1986, p. 117).

A “cultura escolar” em nome da coletividade tenta apagar tudo que é de marca singular das crianças e famílias, assemelhando-se, assim, à «cultura de vidro». A creche nessa concepção é pensada apenas para armazenar, guardar os bebês, enquanto seus pais trabalham, não considerando a ocupação do espaço pelas crianças e famílias que ali habitam e lhe atribuem um significado, legitimando a sua condição. Benjamin cita uma frase de um poema que nos ajuda a compreender sobre o que estamos falando: «Apaguem os rastros!», diz o estribilho do poema de Bre-

cht *Cartilhas para cidadãos*. Essa atitude nos remete a pensar, o quanto muitas vezes, os espaços coletivos de educação e cuidado, tentam apagar as marcas, os rastros, as necessidades das crianças e suas famílias, fazendo destes espaços, espaços de vidro.

Há uma carência significativa de espaço adequado compartilhar com a família a educação e cuidado de crianças pequenas revela. Porém, em muitas situações, a partir das relações, das experiências, vividas entre os sujeitos, constituem-se outras configurações que ultrapassam o aspecto material. Na sutileza dos olhares, na delicadeza dos (des)encontros, na riqueza de narrativas, novos lugares são inventados, constituídos...

2. *A constituição da creche em um lugar das famílias*

O lugar possui um significado para além do sentido físico e geográfico. Constituí-se (ou não) a partir da relação afetiva que os sujeitos desenvolvem ao longo de sua vida na convivência com o espaço e com o outro.

É a dimensão humana que transforma o espaço em lugar. O lugar se constitui quando atribuímos sentido aos espaços, ou seja, quando reconhecemos a sua legitimidade. Nas palavras de Tuan, «o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado» (1983, p. 151). Quando se diz “esse é um lugar de”, extrapolamos a sua condição de espaço e atribuímos um sentido cultural, simbólico e subjetivo a sua localização. Muitas vezes, ao pensar em determinadas experiências que tivemos ocorre mencionarmos “aquele foi o lugar certo para [...]” ou ao contrário dizer “aquele não era lugar de [...]”. Tais expressões demonstram uma dimensão simbólica aos lugares que vão além do físico e espacial, assumindo uma condição humana e subjetiva. Na construção de lugares, entram em jogo a representação e o sentido que os sujeitos atribuem aos mesmos.

O lugar não é uma realidade pronta ou apenas externa ao indivíduo. É uma realidade psicológica viva. Algo que não está lá fora, mas sim aqui dentro na forma de signo carregado de valor. Essa condição cria um mútuo pertencimento entre os indivíduos, grupos e lugar. Constituímos o lugar e somos por ele constituídos (Vasconcellos, 2005, pp. 79-80).

As famílias necessitam e gostam de estabelecer relações, compartilhar significados e sentidos na creche. Para tanto a organização do tempo é fundamental. Tempo para ouvir, sentir, partilhar...

Setembro chegada da primavera. Um projeto sobre jardim. A professora propõe as crianças pensar sobre os espaços externos da creche. Maria Gabriela (3 anos e 10 meses) diz: Professora meu avô sabe tudo de plantinhas, ele trabalha com elas, ele é um jardineiro. Após o comentário entusiasmado da menina, a educadora sugere as crianças que convidem o avô de Gabriela para partilhar um pouco de seus conhecimentos sobre flores e plantas ornamentais. Quando o avô veio buscar a menina, a educadora, juntamente com as crianças faz o convite. O avô muito assustado diz: Mas eu não sei ler, não sei escrever... Desculpa professora, não posso vir aqui na escola ensinar. A educadora responde: Seu Pedro, o senhor é pessoa que mais possui conhecimento sobre flores que conhecemos por isso o senhor tem muito a nos ensinar. O avô muito receoso e envergonhado no outro dia foi a creche carregando consigo seus instrumentos de trabalho... Nesse dia as crianças muito curiosas fizeram perguntas, se interessaram e ele com brilho nos olhos narrava sua experiência. O projeto durou três meses. O avô jardineiro participou efetivamente de todo projeto e ao final, com as crianças construiu no pátio da creche, um lindo jardim... (*Registro diário de campo*)

A cena demonstra a valorização da pluralidade, da diferença de saberes das famílias. No ato de propiciar tempo e espaço para o avô de Maria Gabriela partilhar sua experiência como jardineiro, a professora cria contextos que incentivam e sustentam a interação, a relação e a ocupação das famílias de outra forma na creche.

Acolher as famílias significa garantir a elas diferentes formas de participação. A relação creche-família não pode ser unidirecional. A instituição educativa e os profissionais que nela atuam necessitam estabelecer um relacionamento como uma via de mão dupla, o que significa enfatizar um diálogo pautado na escuta e no respeito. Assim, faz-se necessário criar estratégias para vincular e valorizar as diferentes configurações sociais e culturais das famílias.

Nesse sentido, o espaço e o tempo são categorias básicas e fundamentais para a constituição de um lugar das famílias. Benjamin (1986) afirma que o tempo e o espaço são companheiros da experiência. O autor coloca a respeito da impossibilidade das experiências ocorrerem no contexto atual devido à pressa e à falta de tempo da humanidade. Para ele, nossa sociedade, em nome da produtividade, tem sintetizado a vida e «já não se cultiva o que não pode ser abreviado» (ivi, p. 206). Seguindo as palavras de Benjamin, Larrosa Bondía afirma que a experiência pode ser definida como «o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que passam, o que acontece ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece» (2002, p. 21). De acordo com o autor, no dia-a-dia vivenciamos diversos acontecimentos, muitas vezes, de forma automática. Poucas situações,

no cotidiano atribulado, marcado pela pressa, pela lógica temporal do relógio, realmente *nos* passam, *nos* tocam e *nos* marcam sensivelmente, ou seja, nos possibilitam viver experiências.

No cotidiano da creche, no automatismo de uma rotina rígida e linear, muitas vezes, não se tem tempo para parar, abrir olhos e ouvidos e possibilitar que a vida nos toque e marque sensivelmente. Tuan, ao referir-se à importância da experiência dos sujeitos na constituição de lugares, diz: «Se pensamos o espaço como algo que permite o movimento, então o lugar é a pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar» (1983, p. 9).

Nas relações, nos encontros, nas experiências efetivam-se a constituição dos lugares. Tal processo implica pensarmos professores, crianças e famílias vivendo e convivendo juntos na creche. Na criação de contextos materiais, temporais e sociais, a presença do educador permite, proíbe, incentiva e sustenta (ou não) as vivências, as significações possibilitando que o vivido na creche faça sentido as crianças e a suas famílias.

Acredito que a creche precisa configurar-se em um espaço significativo, capaz de potencializar experiências. O encontro com as famílias efetiva-se na materialidade de um espaço, por isso, considera-se fundamental sua abertura. O espaço potencializa a participação. Mas, é o olhar, a conversa, as relações e as experiências que transformam o espaço da creche em lugar das famílias.

É a dimensão humana que transforma o espaço em lugar. O lugar se constitui quando atribuímos, por meio da experiência, sentido aos espaços. A experiência é única, simbólica e repleta de sentidos. Por isso, não podemos 'criar' experiências para as famílias. Ouvir uma história, ser ouvido pelo educador, participar de um encontro pode constituir-se em uma experiência para as famílias ou não. Mas o que pode a pedagogia? O que pode o professor?

Quanto à pedagogia, acredito que ela pode oferecer, propor um percurso de transformação do espaço em lugar. Através de um tempo, construir uma vida compartilhada com as crianças e suas famílias. Sendo o parceiro dos pais na educação e cuidado de seus filhos, o professor pode sustentar contextos relacionais atentos ao delicado e sutil processo de constituição do lugar.

3. Palavras finais para este tempo

Frente à importância da creche para a constituição dos sujeitos, aposta-se na capacidade de transver, de ressignificar a materialidade dos es-

paços destinados as crianças e suas famílias, constituindo novas formas, sentidos e lugares.

Para tanto, no diálogo com diferentes autores e perspectivas, afirma-se que abrir espaço para a família na creche é importante, pois o espaço potencializa ou limita a participação. A legislação educacional brasileira possui um conjunto de documentos orientadores que sublinha o direito a oferta de um espaço adequado e de qualidade para as crianças e suas famílias. Porém a abertura de espaço não é suficiente. É preciso atentar-se para a forma de ocupação, as relações que ali ocorrem, ou seja reconhecer o delicado e sutil processo de um espaço constituindo-se em um lugar...

A dimensão humana, ao sustentar potenciais experiências, transforma o espaço em lugar. É na relação com o outro, que atribuímos sentido e significado ao mundo que o cerca. Assim, é o olhar, a conversa, o toque, o sorriso, o compartilhamento de experiências que constituem o espaço da creche em um lugar das crianças e suas famílias.

O direito à educação infantil de qualidade, implica compreender a pluralidade e a diversidade de saberes das famílias como algo enriquecedor nas relações, reconhecer o outro, o diferente como capaz de falar sobre si e o outro. A creche ao criar contextos e propostas educativas capazes de vincular diversos saberes e valorizar a diferença, produz sentidos e significados capazes de potencializar a constituição do lugar. Na dimensão da experiência, no tempo da pausa e dos encontros, lugares são constituídos e constitutivos. Lugar para olhar e ser olhado, lugar de encontro, lugar de compartilhamento.

Referências bibliográficas:

- Barbosa M.C. (2010): *As especificidades da ação pedagógica com os bebês*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6670&Itemid.>. Acesso em: 9 Mai. 2014.
- Benjamin W. (1986): *Magia e técnica, arte e política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil (1996): Congresso Nacional. *Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil (1998): Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil (1999): Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 01, de 07 de abril de 1999*. Institui as

- diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 18.
- Brasil (2000): Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer n° 04, de 16 de fevereiro de 2000*. Parecer Normativo sobre as diretrizes operacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0619-0628_c.pdf>.
- Brasil (2001): *Plano Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Brasil (2006): Ministério da Educação e Cultura. *Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/DEP/COED.
- Brasil (2006a): Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil (2006b): *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil*: Encarte 1. Brasília: MEC, SEB.
- Kramer S. (2000): O papel social da educação infantil. *Textos do Brasil*, Brasília, n. 7, pp. 45-49.
- Larrosa Bondía J. (2002): Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n° 19, pp. 20-28. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27501903.pdf>>. Acesso em: 9 mai. 2014.
- Lima M.S. (1981): *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel Livraria.
- Santos M. (1982): *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- Santos M. (2002): *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP.
- Tuan Y. (1983): *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Vasconcellos T. de (2005): *Criança do lugar e lugar de criança*. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/taniav05.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2014.
- Viñao Frago A., Escolano A. (1998): *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A.

